



Article

RELATÓRIO
ANUAL
DE ATIVIDADES
2023



Somos o Instituto Article

Promovemos o diálogo e a cooperação em prol da equidade.

No Instituto Article, criamos instâncias de pactuação que unem os representantes do governo aos órgãos do sistema de Justiça, de controle externo, Poder Legislativo e sociedade civil para que atuem de forma integrada na construção de soluções mais eficazes e ágeis, em um ambiente de maior segurança jurídica.

Nosso propósito é promover avanços na área social, especialmente para as pessoas que mais precisam.

Por meio do diálogo e da articulação com o Poder Público e sociedade, vamos fazer a diferença induzindo políticas sociais mais eficientes e contribuindo para a redução da desigualdade.



Instituto Article: Um ano para crescer e aparecer! 04

Gaepe-Brasil: União que fortalece! 16

Gaepe-RO: Todos pelo direito de cada um 23

Gaepe-GO: Construindo as bases para um futuro de oportunidades 31

Gaepe-Arquipélago do Marajó: Uma aldeia por uma criança 37

Gaepe-MT: Crianças no orçamento público, sim! 45

Gaepe-PI: Experiências positivas podem mover moinhos 51

Sumário



Com a Palavra

“O Articule desenvolve um trabalho inédito, que tem se mostrado extremamente relevante para acelerar e dar mais efetividade para a implementação de políticas públicas educacionais. Ao criar oportunidades de pactuação prévia entre os diferentes atores envolvidos na garantia do direito, os Gaepes possibilitam mais fluidez na política e evitam o excesso de judicialização.”

Priscila Cruz, presidente do Conselho de Fundadores do Instituto Articule



“No Articule, conseguimos proporcionar ambientes que são favoráveis ao diálogo e à cooperação por serem horizontais e democráticos. Os Gaepes, por exemplo, funcionam porque todas as entidades participantes têm o mesmo espaço de manifestação, ao mesmo tempo em que se sentem, pelo clima de cooperação, incentivadas a contribuir com sugestões de soluções. Esse clima cooperativo é possível porque cada instituição e pessoa que integra um Gaepe entende suas responsabilidades e alçadas de atuação e, dentro desse escopo, compreende o que pode fazer para contribuir.”

Alessandra Gotti, presidente executiva do Instituto Articule

“O Articule conseguiu desenvolver e consolidar uma metodologia inovadora de gestão de diálogo, que transforma a intenção de melhorar a educação de diversas instituições em ações concretas. É uma ferramenta tão poderosa que não precisa de um decreto ou lei que a estabeleça: ela funciona por meio da participação voluntária de pessoas. São as pessoas que tornam possível a cooperação em prol de maior efetividade das políticas.”

Rogério Goes, coordenador do Conselho de Gestão do Instituto Articule

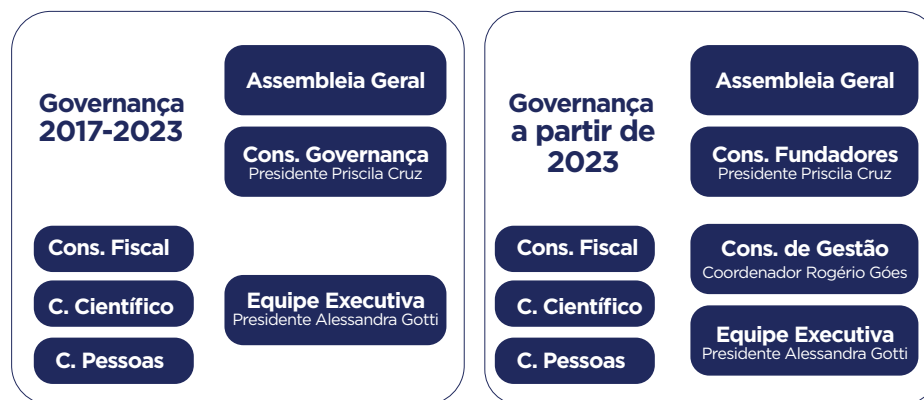




Um ano
para **crescer**
e **aparecer!**

Para nós, do Instituto Article, o ano de 2023 se destacou pelo amadurecimento institucional e aprimoramento da gestão - tanto da administrativa, quanto a de pessoas e parcerias.

A nova estrutura organizacional, aprovada em assembleia geral, passou a conferir ao instituto mais apoio e celeridade na tomada de decisões estratégicas, além de proporcionar mais transparência aos associados, conselheiros e mantenedores sobre as ações e planos futuros.



A equipe também foi pauta importante. Foram contratados novos colaboradores e iniciado o desenho de algumas políticas internas de gestão, visando garantir maior diversidade de pessoas na equipe. Exemplo disso foi a divulgação, em dezembro, de uma vaga afirmativa para pessoa articuladora. Vale mencionar também que, com atuação 100% remota, buscamos ampliar nossa diversidade também em aspectos regionais - em nossa equipe, contamos com gente de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília - por enquanto!

Os dois tópicos acima citados demonstram uma crescente preocupação institucional com a agenda social e de governança e sua busca por atuar de forma alinhada às melhores práticas de gestão.

O fortalecimento do nosso time se refletiu no aprimoramento do nosso trabalho. Além da organização e da mediação das reuniões, passamos a preparar resumos executivos para alimentar os integrantes dos Gaepes com informações e evidências para apoiar a tomada de decisões.



Fizemos análise de dados, como a pesquisa “Educação e Contexto no Arquipélago do Marajó”, realizada em parceria com o Todos Pela Educação. E também conduzimos, junto com outras instituições dos Gaepes, levantamentos de informações a partir de questionários encaminhados diretamente aos municípios. Mantivemos, ainda, um monitoramento constante de prazos para aprovação das leis orçamentárias no Congresso, além de acompanhar o desenrolar de outros temas no Legislativo relacionados à educação básica pública.

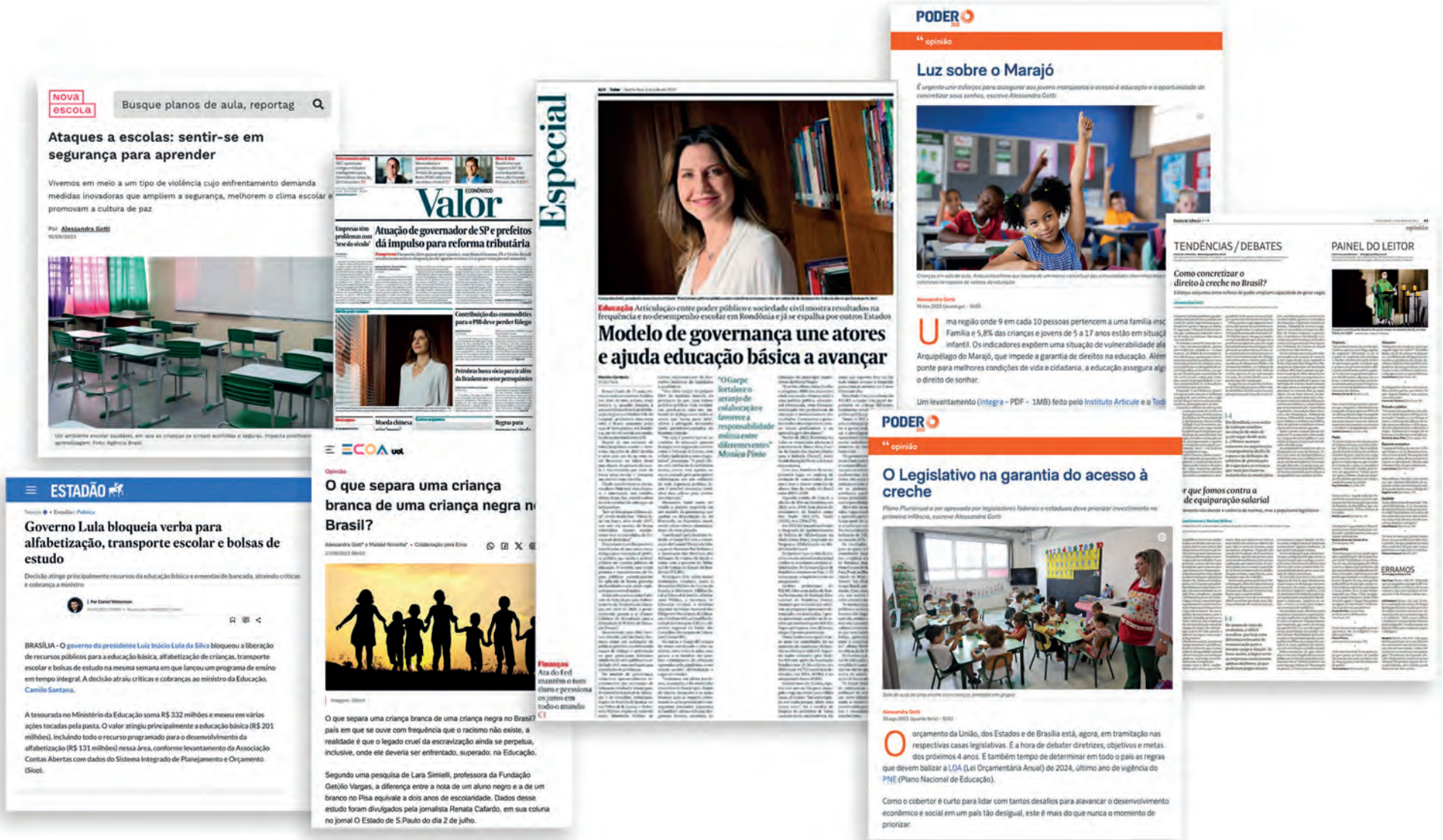
Em 2023, celebramos também o nascimento de mais uma governança: o Piauí, ganhou o oitavo Gaepe já instalado no país, primeiro no Nordeste.

Além disso, tivemos o aprofundamento dos trabalhos e a consolidação de importantes resultados nos Gaepes - sobre o quais falamos resumidamente e com mais detalhes nos cadernos específicos de cada um deles.

O amadurecimento do nosso relacionamento com a imprensa também foi destaque no ano. Com ações estratégicas de aproximação com veículos de relevância nacional, conseguimos uma importante exposição na mídia em 2023, com destaque para uma matéria especial no jornal Valor Econômico e a conquista de espaço para publicação de artigos de opinião na Folha de S. Paulo e nos portais UOL e Poder 360. Já no âmbito estadual, reforçamos também a presença dos Gaepes nas mídias locais, por meio de um trabalho colaborativo com as assessorias de comunicação dos órgãos parceiros, em especial dos tribunais de contas.



Na mídia



The collage features several news articles:

- NOVA ESCOLA:** "Ataques a escolas: sentir-se em segurança para aprender". Article by Alessandra Gatti, dated 16/08/2023. Includes a photo of a classroom.
- Valor Econômico:** "Atuação de governador de SP e prefeitos dá impulso para reforma tributária". Article by Renata Cafardo, dated 02/07/2023. Includes a photo of a woman.
- Valor Econômico (Especial):** "Modelo de governança une atores e ajuda educação básica a avançar". Article by Renata Cafardo, dated 02/07/2023. Includes a photo of a woman.
- Estadão:** "Governo Lula bloqueia verba para alfabetização, transporte escolar e bolsas de estudo". Article by Camilo Santana, dated 23/08/2023. Includes a photo of children.
- Estadão:** "O que separa uma criança branca de uma criança negra no Brasil?". Article by Alessandra Gatti and Mikael Novotny, dated 23/08/2023. Includes a photo of children.
- Poder360:** "Luz sobre o Marajó". Article by Alessandra Gatti, dated 16/08/2023. Includes a photo of children in a classroom.
- Poder360:** "O Legislativo na garantia do acesso à creche". Article by Alessandra Gatti, dated 16/08/2023. Includes a photo of a classroom.
- Folha de São Paulo:** "TENDÊNCIAS/DEBATES: Como concretizar o direito à creche no Brasil?". Article by Alessandra Gatti, dated 16/08/2023. Includes a photo of a woman.
- Folha de São Paulo:** "r que fomos contra a de equiparação salarial". Article by Alessandra Gatti, dated 16/08/2023. Includes a photo of a woman.

Temas no foco de 2023

Em primeiro lugar, fez-se a infância

Todos fomos crianças. É na infância que residem nossas primeiras memórias e experiências responsáveis por moldar nossa personalidade e, em grande medida, nossa vida. Uma fase tão determinante mas ao mesmo tempo tão vulnerável.

Por isso, **a infância é um dos nossos temas prioritários**. Contribuir com mais efetividade na garantia dos direitos das crianças é uma forma de apoiarmos o presente e o futuro do país - e de honrar a criança que nós também um dia fomos.

Neste ano, em que o Brasil ganhou o mês da primeira infância - e que foi instituído o Biênio da Primeira Infância -, seguimos reforçando a necessidade de olhares mais atentos do poder público e da sociedade sobre esse tema. Ao incentivar e subsidiar o tema nas pautas dos Gaepes, contribuímos com a coleta de evidências, apoiamos a elaboração de levantamentos de informações junto a municípios e compartilhamos com diferentes entidades as experiências de articulação interinstitucional pela ampliação das vagas na educação infantil.

Nos Gaepes dos estados de Rondônia, Mato-Grosso, Piauí e Goiás, a pauta da primeira infância, em especial da expansão e qualidade do atendimento em creche, foi prioritária. Foram realizados levantamentos junto aos municípios para aferir o déficit de vagas, discutidos caminhos e encaminhadas ações para amenizar o quadro de desigualdade no acesso à etapa.



Muitas das ações dos Gaepes foram inspiradas em iniciativas de governanças de outros estados e em casos que contaram com nossa atuação - em especial da nossa presidente executiva. Isso comprova a importância do **compartilhamento de práticas**, que tem sido impulsionado, principalmente, através de duas formas: da apresentação de um determinado tema por um integrante de um Gaepe em reunião de outro; e por estratégias de comunicação desenvolvidas pela nossa equipe, como a divulgação em mídias digitais e a newsletter “Conexão Gaepes”.



Como exemplo da importância dessa partilha, os Gaepes de Mato Grosso e Piauí se inspiraram em Rondônia, para a elaboração de recomendações aos municípios sobre critérios objetivos para a **priorização e organização da fila de espera para as creches**, uma vez que o estado do norte já conseguiu bons resultados dessa ação, realizada em 2022. Já o Mato Grosso se tornou um case de **articulação com o Legislativo**, que garantiu a destinação de recursos do orçamento estadual para a ampliação das vagas na educação infantil, inspirando, inclusive, uma ação nacional com as câmaras de vereadores e assembleias legislativas de todo o país, por meio da participação do Gaepe-Brasil.

Goiás e Piauí estabeleceram, neste ano, a **ampliação do acesso à educação infantil e a melhoria da alfabetização** como focos de atuação. Os temas foram pauta da primeira reunião presencial da governança goiana e do lançamento da instância no Piauí.

Já o Gaepe-Brasil também debateu a necessidade de um **diagnóstico mais claro sobre a demanda** da população por creches - inclusive a não manifesta, isto é, a necessidade de famílias que ainda não têm consciência sobre o direito de suas crianças à educação.

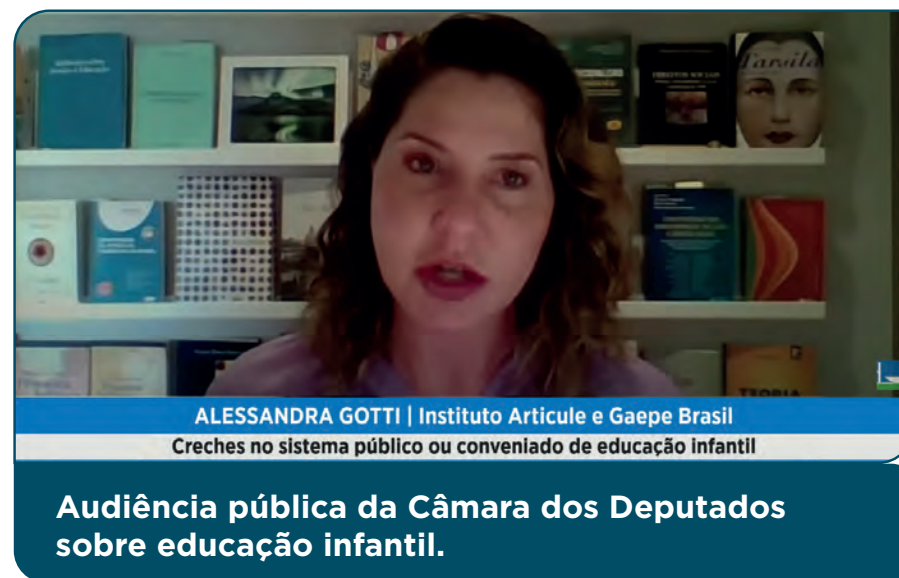
Além disso, participamos de importantes debates sobre as políticas para as crianças de 0 a 5 anos no país, apresentando ideias para a garantia do direito dos pequenos ao desenvolvimento integral. Alessandra Gotti, nossa presidente executiva, foi uma das especialistas a apresentar possíveis



Reunião do GT da Primeira Infância do Conselho.

caminhos para a garantia do direito à creche ao **grupo de trabalho da Primeira Infância do Conselho** - o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, criado pelo Governo Federal.

O direito à educação infantil também foi tema de palestras em uma série de eventos, como o Encontro Nacional do Ministério Público, sediado em São Paulo, e o diálogo com a vara da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Mato Grosso. Alessandra Gotti levou ainda o tema a uma audiência pública da Câmara dos Deputados que visava discutir a elaboração da meta de educação infantil para o próximo Plano Nacional de Educação (PNE 2024-2034)



É preciso mais de uma nota pra se fazer uma melodia

O trabalho que desenvolvemos no Articule se assemelha ao de uma orquestra. Todos os instrumentos têm de ser tocados em harmonia, assim como é preciso um conjunto de notas musicais e que a sua sequência seja respeitada, para que a música se torne realidade. Para transformar a educação, portanto, é fundamental agir em diferentes frentes e ter uma metodologia.

Em 2023, **consolidamos a metodologia Gaepe**: articulação interinstitucional, multinível e atuação de ponta a ponta da política pública.

Essa forma de promover o diálogo e a cooperação em prol de mais efetividade da política pública tem sido também objeto de **estudos acadêmicos**. Publicada em 2023, a [dissertação de mestrado](#) de Arthur Balbani, pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), conclui que, longe de ser mais uma estrutura meramente política, os Gaepes demonstraram aptidão para reduzir os riscos à essa efetividade advindos da “judicialização, descoordenação de ações e formação de lacunas decisórias”. O resultado desse modelo de governança também foi analisado na dissertação de mestrado de Bruno Rocha Faria Arantes, pela Universidade Federal de Goiás; e na tese de doutorado de Arthur Antônio Tavares Moreira Barbosa, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, também pela USP.



No Arquipélago do Marajó temos um exemplo bastante claro do trabalho de articulação interinstitucional e interfederativo, na prática. O **Fórum “uma agenda pela transformação do Marajó”**, realizado em novembro, culminou em um pacto de ações concretas a serem impulsionadas tanto pelos gestores e entidades municipais, como pelas instituições e órgãos estaduais e federais - como a Secretaria Estadual de Educação e o MEC, entre outros.

Em uma região onde 8 em cada 10 pessoas pertencem a uma família inscrita no Cad Único para participar de programas de transferência de renda do Governo Federal, é um avanço consolidar um compromisso que tem a educação como política centralizadora, a partir da qual serão articuladas soluções para problemas sociais, econômicos e de infraestrutura.

Rondônia é outro caso exemplar de articulação. Em 2023, a governança consolidou o seu **caráter intersetorial**, com a participação efetiva de instituições de diversos setores nas reuniões e em ações colaborativas. Foi assim no tema da **Busca Ativa Escolar**, por exemplo, que alinhou o trabalho entre as secretarias de educação e toda a rede de proteção da infância e juventude, como os conselhos tutelares, a assistência social e a defensoria pública. Essa cooperação é essencial para a busca pela equidade, desafio central a ser enfrentado como foi debatido na segunda reunião presencial, realizada em agosto.



Abertura do Fórum Gaepe-Arquipélago do Marajó: uma agenda pela transformação do Marajó.

Além disso, os Gaepes mantêm atenção especial no financiamento da educação. O tema foi alvo de debates em todos os Gaepes, em especial em relação à **implementação das regras para o novo Fundeb**, que foram atualizadas para o ano de 2024.

No Gaepe-Brasil, especialmente, foram levantadas dúvidas sobre a metodologia adotada para a elaboração dos critérios de repasse de recursos e pontos delicados em relação à regulamentação dessa política, buscando antecipar, entre outros pontos, possíveis ações judiciais e pro-

blemas na aprovação das contas públicas dos entes federados. Tais questionamentos foram levados pelo MEC ao grupo de trabalho interministerial do Governo Federal criado para debater o assunto - que não se esgotou, e segue na pauta da governança em 2024.

Os frutos dessa atuação em rede foram compartilhados também em diferentes fóruns: o **III Congresso Internacional dos Tribunais de Contas**, no Ceará, o **V Simpósio Nacional de Educação**, em Goiás - ambos realizados pelo Sistema dos Tribunais de Contas brasileiros; a **II Jornada de Capacitação Municipal**, da Associação Goiana de Municípios (AGM), também em Goiás; o **II Workshop da Educação**, promovido pelo Tribunal de Contas e o Ministério Público de Contas de Sergipe; o **Fórum “A Construção de uma Agenda Comum pela Educação no Pará”**, iniciativa dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios do Pará. Em Rondônia, no Fórum que marcou os 40 anos da instalação do Tribunal de Contas e do Ministério Público de Contas do estado, **Alessandra Gotti foi condecorada com uma medalha** em homenagem à sua contribuição, à frente do Articule, para a educação rondoniense.



Fórum 40 anos do MPC-RO e TCE-RO



Raio X do Article em 2023

6

Gaepes em operação (sendo que 8 já foram instalados desde a fundação do instituto)

66

foi o total de reuniões mediadas nos Gaepes

8

levantamentos e pesquisas para subsidiar ações nos Gaepes

26

documentos publicados pelos Gaepes

9

Palestras em 8 estados diferentes, representando o Article e os Gaepes

49

menções ao Article e **74** aos Gaepes na imprensa, em todo o Brasil

Pesquisas e levantamentos

- Educação e contexto no Arquipélago do Marajó (em parceria com Todos Pela Educação).
- Informações integradas: pautas legislativas, infralegais e programas de governo relacionados aos temas acompanhados nos Gaepes.
- Levantamentos sobre oferta e demanda na educação infantil com os municípios de Rondônia, Goiás, Piauí e Mato Grosso.
- Levantamento de informações para monitoramento da Carta Compromisso de Rondônia.
- Pesquisa sobre o sistema de transporte escolar (Transcolar) rural com os municípios rondonienses.



Equipe Executiva



Alessandra Gotti
Presidente-executiva



Bárbara Benatti
Comunicação



Fernanda Zanelli
Articuladora



**José Maurício
Carvalho**
Articulador



Legal Leads
Comunicação Digital



Luiza Aguilar
Administrativo-financeiro



Maridel Noronha
Articuladora



Rogério Góes
Gestão financeira e
planejamento



Tatiana Djrdjrjan
Coordenadora-Geral

Conselho de Gestão

Rogério Góes
Coordenador do Conselho de Gestão

Alessandra Passos Gotti
Angela Dannemann
Camila Pereira
Ismar Barbosa Cruz
José Mário de Paula Ribeiro Júnior
Maria Paula Dallari Bucci
Marise de Sá de Luca
Nina Beatriz Stocco Ranieri
Priscila Fonseca da Cruz

Conselho Fiscal

José Mário de Paula Ribeiro Júnior
Presidente

Marise de Sá de Luca

Conselho Científico

Nina Beatriz Stocco Ranieri
Presidente

Flávia Piovesan
Gustavo Andrey de Almeida
Lopes Fernandes
Maria Paula Dallari Bucci
Patrícia Ulson Pizarro Werner
Paulo Sérgio Domingues

Conselho de Pessoas

Alessandra Passos Gotti
Maria Lucia Meirelles Reis
Priscila Cruz
Rogério Góes

Conselho de Fundadores

Priscila Fonseca da Cruz
Presidente

Ana Claudia Pires Teixeira
Antonio Carlos Ozorio Nunes
Carlos Alberto Cruz Filho
Elias Marques de Medeiros Neto
Fernando Corrêa
Flavia Piovesan
Gustavo Andrey de Almeida
Lopes Fernandes
Ismar Barbosa Cruz
José Eduardo Ciotola Gussem
José Mário de Paula Ribeiro Júnior
Júlio Trecenti
Marcelo Fortes Barbieri
Maria Lucia Meirelles Reis
Maria Paula Dallari Bucci
Marise de Sá De Luca
Mozart Neves Ramos
Nina Beatriz Stocco Ranieri
Paulo Sérgio Domingues
Patrícia Ulson Pizarro Werner
Roberta Muniz Codignoto
Rogério Góes
Samuel Alves de Melo Junior
Thamara Cunha Medeiros
Tito Hesketh
Vanderci Álvares

Sócios Efetivos

Angela Dannemann
Arthur Paku Ottolini Balbani
Camila Cardoso Pereira
Carlos Frederico Jorge Gomes
Rodolfo Guttilla



Mantenedores e parceiros

Mantenedores



Convênios



Apoio Técnico



Parcerias realizadas





Articule



ATRICON



Instituto
Rui Barbosa
A Casa do Conhecimento dos Tribunais de Contas



GAEPE
BRASIL

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES | 2023

Sobre o Gaepe-Brasil

O Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação no Brasil (Gaepe-Brasil) foi instalado em abril de 2021, em parceria com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB). Sua atuação se pauta pelo Pacto Nacional pela Educação, um compromisso assumido pelos integrantes da governança em prol da melhoria da educação no país.

Conheça o site
do **Gaepe-Brasil**



Veja o
**Pacto Nacional
pela Educação**



Membros

Entidades signatárias do Pacto Nacional pela Educação

- Articule
- Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon)
- Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon)
- Colégio Nacional das Defensoras Públicas e Defensores Públicos Gerais (Condege)
- Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)
- Conselho Nacional de Justiça (CNJ)
- Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC)
- Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPGE)
- Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede)
- Instituto Rui Barbosa (IRB)
- União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uneme)
- União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime)

Entidades convidadas

Além das entidades que aderiram ao compromisso formal com o Gaepe-Brasil por meio do Pacto, outras instituições também foram convidadas a participar da governança – algumas delas contam com membros que participam ordinariamente das reuniões:

- Confederação Nacional dos Municípios (CNM)
- Colégio de Presidentes dos Tribunais de Justiça
- Comissão da Educação da Câmara dos Deputados
- Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal
- Conselho Nacional de Educação (CNE)
- Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed)
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)
- Ministério da Educação (MEC)



União que fortalece!

O Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação no Brasil (Gaepe-Brasil) concluiu seu segundo ano de atuação em 2023, com uma conquista que atribuiu à governança maior força institucional e poder de articulação. A participação efetiva e contínua do Governo Federal, por meio do Ministério da Educação (MEC) trouxe novo fôlego para a busca por soluções aos entraves do sistema educacional.

Em anos anteriores havia a presença esporádica de lideranças e técnicos do órgão, sob demanda, em reuniões para tratar de temas pontuais. Em 2023, todas as reuniões do ano contaram com representantes do MEC, sejam da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE), da Secretaria de Educação Básica (SEB), ou da Coordenação-Geral de Educação Infantil (Coedi), além do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FNDE) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Além disso, as entidades e especialistas que já integravam a governança mantiveram-se mobilizados. Exemplo desse compromisso foi a atuação de membros do Gaepe-Brasil para que Minas Gerais se qualificasse para receber recursos do Valor Aluno Ano - Resultado do Fundeb. Até agosto, o estado era a única unidade da federação sem uma Lei para disciplinar o repasse dos recursos do ICMS, como estabelecido pelas regras do novo Fundeb. O quadro mudou após [alerta do Gaepe-Brasil e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais \(TCE-MG\)](#).

O grupo de trabalho da governança sobre financiamento da educação chegou a fazer uma representação por Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO), que foi acatada pela Procuradoria Geral da República (PGR). Tal ação se baseou em uma Nota Técnica da Co-

missão Permanente de Educação (COPEDEC) e no ofício anteriormente enviado pelo Gaepe-Brasil à PGR e órgãos estaduais mineiros. Após o ajuizamento da ADO, contudo, o conselheiro do TCE-MG Cláudio Terrão e o Promotor de Justiça do Ministério Público Federal Lucas Carneiro, participaram de uma audiência pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, e, desde então, o processo de aprovação da Lei do ICMS avançou, culminando na sua sanção, em agosto.

O ano também foi de desafios em âmbito nacional. Ainda no tema do financiamento da educação, a governança defendeu a retirada dos repasses do limite de despesas tratado no novo marco fiscal, por meio de um [manifesto em defesa da educação](#).

Para apoiar os gestores em relação às mudanças no Fundeb para 2024, o Gaepe-Brasil se reuniu diversas vezes com o FNDE e pediu ao órgão detalhes e esclarecimentos para evitar a falta de entendimento e definições exatas que levassem secretarias a erros.

Uma das mudanças discutidas nesse sentido foi a metodologia utilizada pelo órgão para a inclusão do nível socioeconômico dos municípios como um dos componentes para fazer os repasses de recursos, que foi estipulada na regulamentação do fundo (Lei 14.113/2020).

Educação infantil

Ao longo do ano, o Gaepe-Brasil se mobilizou para alertar as assembleias legislativas estaduais e câmaras municipais de vereadores sobre a necessidade de se prever, nas leis orçamentárias, rubricas para a ampliação de vagas e melhoria da qualidade das creches, por meio da [Manifestação 1/2023](#). Foi reforçada, ainda, a divulgação aos muni-



Alguns dos desafios na educação do Brasil

Na Educação infantil, em 2019 ⁽¹⁾:

- **26%** das crianças de 0 a 3 anos mais pobres estavam na creche; enquanto entre as mais ricas, 55% estavam matriculadas nesta etapa.
- As crianças negras e pardas representavam **45,1%** do total de matrículas em creche, enquanto as brancas, **54,1%**.
- **42,44%** das crianças de 0 a 3 anos se enquadravam nos critérios do Índice de Necessidade por Creches.

Dados revelam a desigualdade étnico-racial na educação ⁽²⁾

- Em 2019, **3,65%** das crianças e dos jovens negros (de 7 a 17 anos) não frequentavam escola no país, frente a **2,22%** dos brancos.
- **63%** dos jovens negros concluíram o Ensino Médio, contra **79%** dos jovens brancos.

Fontes, em ordem: ⁽¹⁾ [Fundação Maria Cecília Souto Vidigal](#); ⁽²⁾ [Todos Pela Educação](#)



“A atuação dos Gaepes é voltada a apoiar gestores no enfrentamento de desafios na área da educação. Esses gabinetes, com a participação efetiva de diversos Tribunais de Contas, têm contribuído decisivamente para aumentar o ambiente de segurança jurídica na tomada de decisões para melhorar as condições educacionais no país. Assim, a importância dos Gaepes reside na capacidade de mobilizar diferentes atores e na atuação catalisadora de mudança, auxiliando a promover a pluralidade no acompanhamento e na implementação de políticas educacionais, bem como no desenvolvimento de programas e projetos que atendam às necessidades da comunidade escolar.” *Cezar Miola, vice-presidente de relações político-institucionais da Atricon e ouvidor do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul.*

cípios sobre o Programa de Apoio à Manutenção da Educação Infantil, do MEC, a fim de garantir novas matrículas na etapa.

A governança também dialogou sobre ações para mensurar a demanda por vagas em creches, compreender o quadro de judicialização e garantir formação para que os gestores municipais consolidem seus planos de expansão.

Em 2024, a proposta é desenvolver, com MEC e outras organizações, um levantamento nacional sobre a necessidade de atendimento escolar para crianças de 0 a 3 anos além de mapear a judicialização com base em dados solicitados ao Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (CONDEGE), ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Com o intuito de apoiar os gestores na construção de seus planos de expansão de vagas em creches, em 2024, o Gaepe-Brasil vai reforçar a **articulação para formações** em parceria com os Institutos Federais e Conselhos Municipais de Educação.

Equidade

No início de 2023, o Gaepe-Brasil [pediu ao FNDE](#) mais informações sobre o reajuste dos valores de repasse para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), uma vez que a política ficou sem correção por 6 anos. Foi apontada ainda, a necessidade de que a educação infantil, as escolas quilombolas e as escolas indígenas, contempladas com percentuais menores de reajuste, tivessem essa [atualização equiparada](#) ao do ensino fundamental e do ensino médio.

Além disso, reforçando uma demanda do Gaepe-Arquipélago do Marajó, foi solicitado também que as escolas localizadas em comunidades ribeirinhas recebessem o mesmo valor que as indígenas e quilombolas. Diante da necessidade de estudo prévio sobre o impacto orçamentário desse reajuste, como apontado pelo FNDE, o MEC encaminhou ao órgão uma solicitação de levantamento de informações junto aos municípios marajoaras para possibilitar essa avaliação.

A igualdade racial foi outro tema foco das reuniões do Gaepe-Brasil. Uma das necessidades apontadas foi a destinação de uma verba específica para os projetos relacionados a esta temática. Essa demanda será apresentada ao MEC em 2024.

Agenda pela equidade

- Criar um ambiente de maior segurança jurídica diante dos desafios da implementação das mudanças do Fundeb para 2024.
- Ampliação do acesso à educação infantil com
- Atuação em prol do levantamento da demanda não atendida e do mapeamento da judicialização na educação infantil.
- Diálogo para induzir, com financiamento, políticas voltadas à promoção da equidade racial nas escolas.
- Articulação para que os valores da alimentação escolar repassados para as escolas de comunidades ribeirinhas seja o mesmo destinado às escolas quilombolas e Indígenas.
- Mobilização em torno da repactuação de obras paralisadas junto ao FNDE.

Temas urgentes em pauta

Com a onda de casos de extrema violência contra a comunidade escolar vivida pelo país em 2023, o Gaepe-Brasil discutiu a prevenção da violência nas escolas, e seguiu monitorando os projetos de lei no Congresso Nacional sobre a pauta. Havia a preocupação com o embasamento das propostas em evidências que apontassem sua efetividade, respeitando as características do ambiente escolar.

Para garantir a repactuação das obras, no âmbito do Pacto Nacional pela Retomada de Obras da Educação Básica, do Governo Federal, identificou-se a necessidade de divulgação das ações do FNDE nos estados e municípios. Assim, por articulação do Gaepe-Brasil, representantes do órgão passaram a participar das reuniões dos Gaepes regionais com intuito de abordar o programa e incentivar os governadores a apoiarem a retomada dessas intervenções nos municípios.

O novo ensino médio também foi debatido com representantes do MEC. Foram apresentados os desafios e propostas para auxiliar os gestores locais na implementação desta política.



Raio X de 2023

- **13 instituições participantes signatárias**
- **3 instituições participantes permanentes convidadas (MEC, Inep e CNM)**
- **12 reuniões virtuais**
- **13 documentos publicados ([Acesse todos aqui](#))**
- **5 menções na imprensa**

Na mídia

gov.br

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Assuntos > Notícias > FNDE participa de debate sobre educação infantil

FNDE participa de debate sobre educação infantil

PODER360

opinião

Luz sobre o Marajó

É urgente unir esforços para assegurar aos jovens marajoaras o acesso à educação e a oportunidade de concretizar seus sonhos, escreve Alessandra Gotti

NOVA ESCOLA

Início > Jornalismo > Todas as etapas de ensino

Ataques a escolas: sentir-se em segurança para aprender

Ecoa

Opinião

O que separa uma criança branca de uma criança negra no Brasil?

Alessandra Gotti* e Maridel Noronha* • Colaboração para Ecoa

27/08/2023 06h00

WhatsApp Facebook X Telegram LinkedIn

NOVA ESCOLA

Início > Jornalismo > Todas as etapas de ensino

Diálogo e cooperação em prol da Educação: a tônica do novo MEC

Consultor Jurídico

INTERESSE PÚBLICO

A busca por uma educação pública de qualidade: participar é preciso

Fabrizio Motta
Leomir Ferreira de Araújo

25 de maio de 2023, 8h00

Academia Administrativo Constitucional

O Popular

E-book traz realidade da primeira infância no Brasil

Livro é uma publicação do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) e do Instituto Rui Barbosa

Malu Longo

2 de março de 2023 às 22:12



RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES | 2023



GAEPE-RO

Gabinete de Articulação para
Efetividade da Política da
Educação em Rondônia



Sobre o Gaepe-RO

O Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política de Educação de Rondônia (Gaepe-RO), foi a primeira instância de pactuação no modelo Gaepe a ser instalada. Foi criado em março de 2020, em parceria com o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO).



Conheça o site **do Gaepe-RO**



Raio X de 2023

- **19 instituições participantes**
- **20 reuniões no ano, sendo 1 reunião presencial em formato de seminário**
- **5 notas técnicas**
- **14 menções na imprensa**

Membros

- Articule
- Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia (Agevisa-RO)
- Associação dos Conselheiros Tutelares do Estado de Rondônia (Actron)
- Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon)
- Associação Rondoniense de Municípios (Arom)
- Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB)
- Conselho Estadual de Educação de Rondônia (CEE-RO)
- Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Rondônia (Cosems-RO)
- Defensoria Pública do Estado de Rondônia (DPE-RO)
- Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO)
- Ministério Públicos de Contas do Estado de Rondônia (MPC-RO)
- Ministério Público do Estado de Rondônia (MP-RO)
- Secretaria de Estado da Educação de Rondônia (Seduc-RO)
- Secretários Municipais de Educação dos 52 Municípios de Rondônia
- Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJ-RO)
- União de Câmaras e Vereadores de Rondônia (Ucaver)
- União dos Conselhos Municipais de Educação - seccional Rondônia (Uncme-RO)
- União dos Dirigentes Municipais de Educação - seccional Rondônia (Undime-RO)
- Universidade Federal de Rondônia (UFRO)

Todos pelo direito de cada um

Em 2023, o Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação de Rondônia (Gaepe-RO) centrou esforços na redução das desigualdades étnico-raciais, de gênero e de território nas escolas e também na educação inclusiva. A governança tem ciência de que para melhorar a qualidade do sistema educacional, não se pode deixar ninguém para trás. E para que todos avancem, principalmente os mais vulneráveis, políticas focalizadas são necessárias.

Esse foi o tom da segunda reunião presencial realizada em agosto desse ano, com participação das secretarias municipais e da secretaria estadual de educação, órgãos de controle, órgãos independentes e do sistema de Justiça, representantes de diversos setores do Poder Executivo e da sociedade civil.

Pela igualdade racial, a governança mobilizou um grupo de trabalho específico e levou propostas ao Governo Federal. Foram apresentadas ao [Ministério da Igualdade](#)



II Reunião Presencial do Gaepe-RO, realizada em agosto de 2023.

[de Racial \(MIR\)](#), as propostas de uma nota técnica ([NT 005/2022](#)) que tratam de ações articuladas em quatro pontos: letramento racial para os profissionais da educação, formação sistemática de educadores, renovação do material didático e a elaboração de uma cartilha com foco em combater o racismo no ambiente escolar (como o uso de termos e expressões de cunho racista). O MIR incluiu em sua pauta discutir com o MEC a possibilidade de incorporar as sugestões em políticas públicas articuladas entre as duas pastas.

No tema da equidade de gênero foi criado um grupo de trabalho para promover uma articulação entre as pautas de educação com o Programa Saúde na Escola. Além disso, diante da realidade brasileira de não observância dos dispositivos legais nacionais e pactos internacionais que visam garantir o direito à dignidade das pessoas LGBTQIA+, a governança emitiu uma nota técnica ([NT 003/2023](#)) com recomendações sobre essa questão. O documento é direcionado às secretarias e conselhos estadual e municipais de educação e dispõe sobre a necessidade de revisão da legislação educacional para compatibilizá-la com a proteção dos direitos da população LGBTQIA+ e a garantia do direito ao uso do nome social nas escolas. Como resultado direto dessa ação, o Conselho Estadual de Educação alterou a resolução que trata desse tema para adequá-la aos apontamentos do Gaepe-RO.

A equidade territorial na educação também foi pauta em 2023. Para avançar na solução de problemas relacionados à nucleação de escolas (fechamento de escolas menores e concentração de estudantes em estabelecimentos maiores), que afetam a educação no campo, indígena e quilombola, o Gaepe-RO elaborou uma nota técnica ([NT 002/2023](#)) e [criou um grupo de trabalho](#) para aprofundar o diagnóstico e propor soluções estruturantes ao tema. Também foram solicitadas informações à secretaria estadual de educação sobre as escolas indígenas com o intuito de mensurar este público.

A governança também atuou fortemente na área da educação inclusiva por meio de diversas iniciativas. Um diagnóstico elaborado pelo TCE-RO, a partir de discussões realizadas no Gaepe-RO, apontou a falta de uma

“O GAEPE-RO, nos seus quase quatro anos de existência, tem se mostrado primordial para apoiar os gestores na implementação das boas práticas na política educacional. Os resultados são cada vez mais animadores e o engajamento geral em favor da educação nunca foi tão pronunciado no Estado de Rondônia como agora.”

Paulo Curi, conselheiro e vice-presidente do TCE-RO



política institucionalizada, bem como de definições de papéis, objetivos e metas sobre essa temática.

Além disso, a partir de um levantamento realizado pela Undime-RO, identificou-se que somente 10 dos 52 municípios de Rondônia possuem um profissional de Atendimento Educacional Especializado (AEE), como previsto no Decreto Federal nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.

Nesse sentido, foi publicada uma nota técnica ([NT 005/2023](#)), reforçando o direito dos estudantes com deficiência que dependem de apoio para a realização de atividades cotidianas, como locomoção, higiene pessoal e alimentação. Um grupo de trabalho foi mobilizado para monitorar as recomendações trazidas pelo documento.

Entre outros tópicos, a nota técnica solicita aos gestores a criação de diretrizes e fluxos para a oferta de apoio escolar a essas crianças e jovens, de modo a garantir seu direito ao desenvolvimento pessoal e social na escola.

Educação Infantil

Em relação à educação infantil as discussões abordaram não só as questões relacionadas ao acesso, como à qualidade e ao financiamento desta etapa, oferecida majoritariamente pelos municípios.

Com o intuito de priorizar recursos destinados à primeira infância e à educação infantil, foi enviado um ofício às Câmaras de Vereadores dos municípios de Rondônia frisando tal importância. Além disso, foi realizado o monitoramento da implementação das ações da [nota técnica 02/2022](#) do Gaepe-RO, que dispõe sobre a importância da institucionalização e implementação dos princípios e práticas de qualidade da educação infantil definidos nos Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil do MEC de 2018.

Na mesma toada, segue sendo monitorada a recomendação sobre critérios objetivos para organização da demanda e priorização do atendimento na educação infantil ([NT 007/2022](#)). Sendo pioneira na publicação desta recomendação, Rondônia tem inspirado outros estados a seguir esse caminho.

Em um levantamento realizado pela governança para monitorar a situação da oferta e demanda por vagas em creche, das 40 redes que disseram adotar critérios objetivos para a priorização de atendimento nessa etapa educacional, 30 mencionaram a NT 002/2022 do Gaepe-RO como referência.



Da esquerda para a direita: Yvone Fontinelle de Melo (MPC-RO), Alessandra Gotti (Articule), Paulo Curi (TCE-RO), Rita Paulon (TCE-RO) e Marcos Tessila (MP-RO).

Busca Ativa Escolar

As discussões sobre a busca ativa escolar, iniciadas no ano passado, voltaram a ser aprofundadas em 2023, com o monitoramento das matrículas dos municípios rondonienses. A governança emitiu uma nota técnica ([NT 001/2023](#)) com orientações para a adoção, estruturação e aprimoramento qualitativo da estratégia de Busca Ativa Escolar e dos fluxos de atuação nos diferentes setores relacionados ao tema, como a Assistência Social e Conselhos Tutelares.

Vale lembrar que a mobilização nesse tema garantiu que, ao final de 2022, todos os municípios de Rondônia tivessem aderido à plataforma do UNICEF – sendo o único estado da região Norte a conseguir esse feito. E, em decorrência desse esforço do Gaepe-RO, uma forte rede de articulação em prol da busca ativa escolar foi formada. Isso contribuiu para que Rondônia ficasse na primeira colocação em evolução de (re)matrículas em 2022, com o menor aumento de evasão escolar do Brasil entre 2019 e 2020, e **75% das metas atingidas, segundo o Unicef.**

Temas emergentes em pauta

Diante do aumento de casos de violência extrema em escolas, observado no Brasil neste ano, o Gaepe-RO elaborou uma nota técnica ([NT 004/2023](#)) com recomendações divididas em ações emergenciais e de longo prazo. Além disso, a governança promoveu um [diálogo com a imprensa](#) sobre as melhores práticas na cobertura do assunto, uma vez que a abordagem jornalística equivocada pode ser um fator de estímulo à práticas violentas, como apontaram os especialistas.

Ao longo do ano também foi realizada uma mobilização pela retomada das obras paralisadas, com recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), visando aumentar o número de vagas nas creches.

Por fim, de modo a fomentar o debate sobre o afastamento de professores e seus impactos na oferta de educação, o Gaepe-RO criou um grupo de trabalho para levantar informações e normativas que definem os protocolos de afastamento desses profissionais em decorrência de licença médica.



Desafios da educação em Rondônia

35,3% das escolas e **14,8%** das matrículas da educação básica pública estavam na área rural, em 2022⁽¹⁾.

Apenas **50,1%** das escolas públicas do país tiveram ações contra o racismo em 2021⁽²⁾.

Apenas **10** dos **52** municípios de Rondônia possuíam um profissional de Atendimento Educacional Especializado (AEE), em 2023 ⁽³⁾.

55% dos estudantes do 2º ano do ensino fundamental das redes municipais e **48%** da rede estadual nesta série, estavam abaixo do nível esperado em língua portuguesa, em 2022⁽⁴⁾.

29,97% das crianças de 0 a 3 anos se enquadravam nos critérios do Índice de Necessidade por Creches, em 2019⁽⁵⁾.

33 dos **52** municípios rondonienses tinham fila de espera em creche, e **42** adotavam idade mínima para a criança ser matriculada nessa etapa, em 2023 ⁽⁶⁾.

Fontes, em ordem: ⁽¹⁾[QEdu](#); ⁽²⁾[Todos Pela Educação](#); ⁽³⁾[Levantamento Undime para o Gaepe-RO](#); ⁽⁴⁾[Relatório Consolidado do Saero 2022](#); ⁽⁵⁾[Fundação Maria Cecília Souto Vidigal](#) e ⁽⁶⁾[Levantamento Gaepe-RO](#);

Colhendo frutos para um futuro melhor

Com apoio do Gaepe-RO, todos os 52 municípios de Rondônia fizeram adesão ao Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), iniciativa do TCE em parceria com as redes municipais de educação, sendo que 33 deles já iniciaram a implementação em 2022, e 19 deles, em 2023.

Após um ano de implementação do PAIC, análises preliminares de dados do Sistema Permanente de Avaliação Educacional de Rondônia (SAERO) e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), [feitas pelo TCE-RO](#), apontam resultados animadores. Segundo o estudo, as escolas que aderiram ao programa apresentaram desempenho superior ao das escolas que não fazem parte dele: em Língua Portuguesa 9 pontos percentuais e em Matemática, 7 pontos percentuais.

Outro tema que teve a contribuição do Gaepe-RO foi o **Transporte Escolar**. Com casos de judicialização e relatos de falta de qualidade e regularidade na oferta de transporte escolar fluvial que afetavam cerca de 850 estudantes do Baixo Madeira, a governança mobilizou uma articulação para chegar a uma decisão estrutural para essas ações judiciais em 2022.

Em audiência, as partes envolvidas (Estado de Rondônia, Ministério Público Estadual e Município de Porto Velho) se comprometeram a criar um comitê interinstitucional para estudar a implementação de políticas mitigadoras dos impactos econômicos e sociais decorrentes da deficiência da prestação do transporte escolar. Além disso, assumiram a responsabilidade de providenciar uma solução definitiva



Alessandra Gotti no Fórum 40 anos do MPC-RO e do TCE-RO.

para a falta desse serviço aos alunos das comunidades ribeirinhas do Rio Madeira, recuperando, ainda, o aprendizado daqueles alunos afetados por tal situação ao longo dos anos.

Diante desse compromisso, em fevereiro de 2023, todos os alunos das comunidades ribeirinhas do Rio Madeira já podiam contar com transporte escolar regular fluvial, com embarcações próprias da secretaria estadual de educação.

Além disso, o tema continuou em pauta neste ano. O Gaepe-RO enviou um ofício à Secretaria Estadual de Educação de Rondônia reforçando o pedido para a pasta intensificar as ações de capacitação e orientação voltadas ao sistema Transcolar Rural, possibilitando que os gestores municipais, coordenadores e demais profissionais envolvidos estivessem plenamente aptos a utilizá-lo de maneira eficaz e estratégica.

Compromisso pela educação

Em agosto de 2022, as 71 entidades participantes do Gaepe-RO, incluindo as 52 secretarias municipais de educação, e o governador do estado, então candidato, assinaram a Carta Compromisso em prol da educação rondoniense. O documento contém 32 pontos que devem fazer parte da suas agendas institucionais e de governo. Os tópicos estão organizados em 4 blocos temáticos: confira quais tiveram mais destaque na atuação do Gaepe-RO em 2023.

1º bloco - Regime de colaboração

- Articulação interinstitucional entre os órgãos, especialmente nas pautas da equidade de gênero e educação inclusiva, na implementação do Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC) e na Busca Ativa Escolar.
- Ações interfederativas em prol da educação rondoniense, refletidas principalmente na articulação pela educação antirracista e pela adesão ao Pacto Nacional pela Retomada de Obras da Educação Básica, do Governo Federal.

2º bloco: Redução das desigualdades

- Educação especial sob a perspectiva da inclusão.
- Promoção da igualdade racial, social, de gênero e em todas as suas formas.

3º bloco: Políticas estruturantes para a educação Rondoniense

- Recomendação sobre desvio de função de professores
- Apoio ao Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC)
- Orientações sobre a reorganização escolar e nucleação

4º bloco: Políticas públicas municipais para a educação infantil

- Organização das filas de espera das creches
- Ferramenta para melhorar manejo das vagas em creche e monitorar evasão escolar
- Parâmetros de qualidade da Educação Infantil





Articule



TRIBUNAL
DE CONTAS
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES | 2023



GAEPE-GO

Sobre o GAEPE-GO

O Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação de Goiás (Gaepe-GO) foi instalado em julho de 2020, em parceria com o Tribunal de Contas do Estado e o Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCE-GO e TCM-GO).



Conheça o site **do Gaepe-GO**

Membros

- Articule
- Associação Goiana de Municípios (AGM)
- Conselho Estadual de Educação de Goiás (CEE-GO);
- Defensoria Pública do Estado de Goiás (DPE-GO);
- Federação Goiana de Municípios (FGM)
- Ministério Público de Contas do Estado de Goiás (MPC-GO)
- Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO);
- Secretaria de Educação do Estado de Goiás (Seduc-GO);
- Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO);
- Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO);
- Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJ-GO);
- União dos Conselhos Municipais de Educação do Estado - seccional de Goiás (Uncme-GO);
- União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado - seccional de Goiás (Undime-GO);
- Vigilância Sanitária de Goiás



Construindo as bases **para um futuro de oportunidades**

O Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação de Goiás (Gaepe-GO), chegou ao final de 2023 com um direcionamento muito claro de sua atuação: a garantia do direito das crianças à educação infantil.

Diversas evidências apontam que o investimento na primeira infância é fundamental para que as crianças se desenvolvam integralmente. No futuro, isso significa melhor qualidade de vida e de cidadania.

Na [primeira reunião presencial do Gaepe-GO](#), realizada em novembro, esse tema foi central. O grupo tratou da necessidade de apoio aos municípios para que sejam garantidas vagas em creche para todas as crianças que precisam e na pré-escola para todas as que têm 4 e 5 anos (idade correspondente à etapa, que é obrigatória).

Dados preliminares de um levantamento feito pela governança constataram uma fila de espera de quase 38 mil crianças de 0 a 3 anos para creche e cerca de 7 mil aguardando uma vaga na pré-escola. As informações [foram coletadas](#) a partir de um questionário formulado por um grupo de trabalho específico criado pelo Gaepe-GO para aprofundar o diagnóstico e as propostas de soluções para a educação infantil no estado.



Desafios da educação em Goiás

Quase **38 mil crianças** aguardam por uma vaga em creche ⁽¹⁾.

Quase **7 mil crianças** aguardam por uma vaga na pré-escola.

55% dos municípios goianos não possuem critérios objetivos para organizar a fila de espera para creche.

63% dos municípios não têm planejamento de expansão para novas vagas na educação infantil.

56% das crianças do 2º ano do ensino fundamental estavam plenamente alfabetizadas em 2022⁽²⁾.

Fontes, em ordem: ⁽¹⁾diagnóstico Gaepe-GO, 2023; ⁽²⁾[Secretaria de Educação de Goiás](#).

Da esquerda para a direita: Alessandra Gotti (Articule), Carlos Gustavo Silva Rodrigues (MPC/TCE-GO), Henrique Pandim Barbosa Machado (MPC/TCM-GO) e conselheiro Fabrício Motta (TCM-GO), na primeira reunião presencial do Gaepe-GO.

Agenda prioritária

Como foco em apoiar a gestão da educação nos municípios, o Gaepe-GO assumiu como prioridades em 2023:

- Diagnóstico do atendimento e da demanda por creche e pré-escola nos municípios goianos.
Em 2024, a governança seguirá aprofundando o debate nesse tema, com objetivo de propor soluções para a criação de vagas necessárias para concluir a universalização da pré-escola, etapa obrigatória da educação básica.
- Apoiar dirigentes municipais da educação na gestão da informação e no que se refere à adesão do Pacto Nacional pela Retomada de Obras da Educação Básica.

Durante o evento foi debatido também o Regime de Colaboração, estratégia essencial para prover mais apoio técnico e financeiro aos municípios, além de proporcionar o compartilhamento de recursos e políticas para necessidades em comum.

Ao longo do ano, a governança também tratou sobre a [retomada de obras paralisadas](#). Houve um esforço para a divulgação e conscientização dos gestores municipais e seus secretários de educação a respeito da necessidade de atenção aos critérios e prazos de adesão ao Pacto Nacional pela Retomada de Obras da Educação Básica, programa do Governo Federal, gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).



“Precisamos de uma visão sistêmica da educação e de ações interconectadas” - Priscila Cruz, presidente executiva do Todos Pela Educação e presidente do conselho de fundadores do Article, na primeira reunião presencial do Gaepe-GO.

Com foco, especialmente, no apoio aos municípios, o Gaepe-GO esteve também atento à necessidade de exatidão nos dados referentes ao número de matrículas, uma vez que isso impacta diretamente nos valores repassados pelos programas governamentais, inclusive pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Assim, foi observada uma discrepância entre as informações disponibilizadas pelo Censo Escolar, que é responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC), e os dados fornecidos pelos municípios relativos às matrículas do ensino médio.

Diante disso, a governança orientou os gestores escolares a pedir, obrigatoriamente, o Cadastro de Pessoa Física (CPF) no ato de solicitação ou efetivação de matrículas

la escolar de novos alunos. A medida tem o objetivo de garantir a fidedignidade das informações de cadastro de estudantes coletadas no âmbito escolar, evitando duplicidade, utilização de CPF de terceiros e outros problemas recorrentes.

Para corroborar tal medida, a nota técnica ([NT 001/2023](#)), que tratou do assunto, também recomendou aos secretários municipais e estadual de educação a realização de campanhas e/ou mutirões de cidadania que envolvam a emissão de documentos pessoais para a comunidade estudantil, sobretudo emissão de CPF, em parceria com instituições públicas e privadas.

Nesse sentido, a governança sugeriu, ainda, dar prioridade à expedição de CPFs para crianças e adolescentes em idade escolar; propor parceria dos órgãos competentes na emissão de documentos para estudantes, bem como permitir a utilização dos prédios escolares em finais de semana para realização das campanhas e mutirões; e divulgar nas mídias tais ações, destacando a importância do documento e mobilizando a sociedade a fazê-lo.



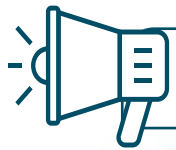
“O Gaepe não é um ambiente de controle, de auditoria, que expede determinações. Não é um ambiente de apuração, mas de construção de políticas públicas”

*Fabrício Mota,
conselheiro do TCM-GO*



Raio X de 2023

- **14 instituições participantes**
- **9 reuniões sendo 1 presencial, em formato de seminário**
- **1 nota técnica**
- **1 evento presencial**
- **16 menções na imprensa**



Na mídia

Em Goiânia, presidente do Todos Pela Educação destaca que ensino deve ser a "prioridade das prioridades"

NOTÍCIAS | EDUCAÇÃO | ODS | POLÍTICA

Os desafios na área de Educação são enormes. Representamos as demandas ligadas à área de Ensino. Abordaremos diferentes problemas e soluções para a educação, professores e a comunidade escolar. Um dos mais relevantes é a formação de professores.

Um momento foi reservado pelo Instituto Articulado para o presidente da Política de Educação do Estado de Goiás, Priscila Cruz, em um encontro com a comunidade escolar do Estado para Educação. Priscila Cruz, indicou ao participante a reflexão para construção de educação de qualidade.

Em Goiânia, presidente do Todos Pela Educação destaca que ensino deve ser a "prioridade das prioridades"

Redação

O Popular

Cidades

Quase 40 mil crianças estão na fila por vaga em creche em Goiás

Levantamento da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) mostra dados de 201 das 246 cidades goianas

Malu Longo
14 de novembro de 2023 às 21:39
Modificado em 14/11/2023, 21:48



Cmei Parque Amazônia, em Goiânia. (Wlles Barbosa)

O HOJE

ANO 19 | Nº 6.207-B | FIM DE SEMANA, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2023 | R\$ 2,50 | FUNDADO EM 23 DE ABRIL DE 2004 | OHOJE.COM

Educação infantil é discutida por especialistas em Goiânia

Educação infantil é pauta de encontro de especialistas

No dia 14 de novembro, terça-feira, o Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política de Educação no Estado de Goiás (Gaepe-GO) promoverá sua primeira reunião presencial. O encontro contará com nomes de referência nacional no assunto, com destaque para a presidente-executiva do Todos pela Educação, Priscila Cruz, que abordará os desafios da educação brasileira. Ela é graduada em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Direito Harvard.

O primeiro encontro presencial do Gaepe-GO tem como tema as políticas estruturais do atendimento às crianças.

Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO), em Goiânia, e visa apresentar um diagnóstico do atendimento às crianças.



JORNAL METROPOLITAN

Gestores públicos debatem desafios da educação em Goiás

Manoel Vitorino Rodrigues | 13 de novembro de 2023

O Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política de Educação em Goiás (Gaepe-GO) contou nesta terça-feira (14/11) uma reunião presencial que vai mobilizar prefeitos, secretários de educação (municipais e estaduais), integrantes de conselho de educação e outras autoridades para tratar de políticas estruturantes para a



Articule

TCMPA

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES | 2023



Sobre o Gaepe-Arquipélago do Marajó

O Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política de Educação (Gaepe) do Arquipélago do Marajó, no estado do Pará, foi instalado em junho de 2022, em parceria com o Tribunal de Contas dos Municípios do Pará (TCM-PA). Seu objetivo é propor soluções realistas e eficazes para a educação dos 17 municípios que compõem a região.

Membros

- Articule
- Associação Bem Comum - ABC
- Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA)
- Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó (Amam)
- Associação dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon)
- Centro Lemann
- Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais da Região Norte da Universidade Federal do Pará (Cecampe Norte/UFGPA)
- Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar da UFGPA (Cecane/UFGPA)
- Conselho Estadual de Educação do Pará (CEE-PA)
- Comitê Técnico de Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE/IRB)
- Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)
- Habitat Brasil
- Instituto Reúna
- Instituto Âncora Marajó
- Instituto Déa Maiorana
- Instituto Rede Mondó
- Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede)
- Instituto de Educação Matemática e Científica (IEMCI/UFGPA)
- Ministério da Educação (MEC)
- Ministério Público de Contas do Estado do Pará (MPC-PA)
- Ministério Público de Contas dos Municípios do Pará (MPCM-PA)
- Ministério Público do Estado do Pará (MPPA)
- Ministério Público do Trabalho no Estado do Pará (MPT-PA)
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Pará (Sebrae-PA)
- Secretaria de Estado de Educação (SEDUC-PA)
- Secretaria Municipal de Educação de Afuá
- Secretaria Municipal de Educação de Anajás
- Secretaria Municipal de Educação de Bagre
- Secretaria Municipal de Educação de Breves
- Secretaria Municipal de Educação de Chaves
- Secretaria Municipal de Educação de Cachoeira do Arari
- Secretaria Municipal de Educação de Curalinho
- Secretaria Municipal de Educação de Gurupá
- Secretaria Municipal de Educação de Melgaço
- Secretaria Municipal de Educação de Muaná
- Secretaria Municipal de Educação de Oeiras do Pará
- Secretaria Municipal de Educação de Ponta das Pedras
- Secretaria Municipal de Educação de Portel
- Secretaria Municipal de Educação de Salvaterra
- Secretaria Municipal de Educação de Santa Cruz do Arari
- Secretaria Municipal de Educação de São Sebastião da Boa Vista
- Secretaria Municipal de Educação de Soure
- Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA)
- União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação - seccional Pará (Uncme-PA)
- União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - seccional Pará (Undime-PA)
- Universidade do Estado do Pará (UEPA)
- Universidade Federal do Pará (UFGPA)

Uma aldeia por uma criança

No Arquipélago do Marajó, a ideia de que é preciso uma aldeia inteira para educar uma criança, como diz um provérbio africano, tem sido vivida na prática. Diante de uma profunda desigualdade que afeta a garantia de direitos básicos, entre eles, a educação, o Gaepe iniciou uma mobilização que vai além das fronteiras da região.

O [“Pacto pela Transformação do Marajó”](#) é fruto desse esforço. O documento define 16 ações voltadas a resolver questões sobre obras paralisadas, formação para professores, políticas direcionadas à população ribeirinha e medidas para melhorar a conectividade, entre outras. O seu objetivo é impulsionar mudanças voltadas à garantia dos direitos de todos que vivem na região, tendo a educação como política central dessa transformação.

Esse conjunto de combinados é a culminância do “Fórum Gaepe-Arquipélago do Marajó - uma agenda comum pela transformação do Marajó”, iniciativa do Instituto Articule e o Tribunal de Contas dos Municípios do Pará (TCM-PA), sediado na cidade de Breves (PA), com apoio da prefeitura municipal.

Realizado nos dias 20 e 21 de novembro, o evento reuniu órgãos federais, como Ministérios da Educação (MEC) e das Comunicações (MinC), Fundo Nacional de Desen-



Cezar Colares,
conselheiro do
TCM-PA

“Temos uma realidade de normalização do trabalho infantil, do casamento precoce e até mesmo da exploração sexual infantil, decorrente da pobreza e da vulnerabilidade social da população.

Por isso, buscamos com o Instituto Articule criar um Gaepe no Marajó.

Esse espaço de diálogo e cooperação têm sido efetivo na criação de soluções cooperadas e articuladas entre os diversos setores que atuam na garantia de direitos da infância e adolescência, tanto no nível dos municípios, como entre eles, o governo estadual e a União.”

volvimento da Educação (FNDE) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); instituições estaduais, como o Governo do Pará e as Secretarias de Estado de Educação e Assistência social, além dos prefeitos e secretários municipais de assistência social e de educação, e de organizações da sociedade civil, como o Articule e o Unicef. Ao todo, mais de 40 entidades foram envolvidas.

Esse compromisso contribui para acelerar pautas que já haviam sido identificadas como desafios pelo diagnóstico do TCM-PA, realizado em 2022, e que foi o ponto de partida para a criação do Gaepe na região. Muitos dos temas elegidos como prioritários para atuação da governança já tiveram avanços significativos.



Fórum Gaepe-Arquipélago do Marajó: uma agenda comum pela transformação do Marajó, realizado em Breves, nos dias 20 e 21 de novembro de 2023.

Agenda Comum pela Educação no Marajó

Em continuidade ao fortalecimento da gestão das secretarias e das escolas municipais - que se iniciou em 2022 com formações para os gestores - o Gaepe-Arquipélago do Marajó seguiu reforçando a orientação aos prefeitos para conferir mais autonomia financeira na administração dos recursos da educação por parte das secretarias ([Manifestação Técnica nº 01/2022](#)), de forma a dar mais agilidade à solução de problemas e melhorar o planejamento da área.

Em relação à universalização, acesso e permanência nas escolas, foi recomendado aos municípios que aderissem a Busca Ativa Escolar (BAE), programa do Fundo das



Izolda Cela (MEC), Alessandra Gotti (Articule) e Cezar Colares (TCM-PA) no Fórum “Uma agenda comum pela transformação do Marajó”.

7 prioridades da governança

- 1 Fortalecimento da gestão das secretarias e das escolas municipais
- 2 Universalização, acesso e permanência nas escolas
- 3 Infraestrutura escolar
- 4 Alimentação escolar
- 5 Transporte Escolar
- 6 Valorização dos profissionais
- 7 Fortalecimento de Conselhos de Controle Social e unidades executoras

Nações Unidas para a Infância (Unicef) em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e o Conselho Nacional de Secretarias municipais de Saúde (Conasems). Como resultado, a meta de rematricular 40% dos alunos não localizados em 2019 foi atingida, com o retorno à escola de 4 mil estudantes às salas de aula. Além disso, foi realizada uma ação inédita para diagnosticar a aprendizagem, com avaliação de mais de 42 mil alunos.

O transporte escolar também foi foco de atuação - no Marajó, a maioria dos estudantes que usam esse serviço se desloca de barco. Pelas peculiaridades dos rios e igarapés

da região, essas embarcações precisam de características específicas. O Gaepe – Arquipélago do Marajó divulgou duas notas técnicas (NTs [01/2023](#) e [02/2023](#)), orientando os gestores públicos a se desfazerem de veículos que não atendessem aos quesitos de segurança e conforto dos estudantes, e contratarem os barqueiros diretamente para manter controle sobre a qualidade do serviço.

A formação continuada dos professores foi outro tópico com ações da governança. Foi articulado com o Instituto de Educação Matemática e Científica da Universidade Federal do Pará (IEMC/UFPA), um programa de formação continuada para 510 professores dos anos iniciais do ensino fundamental das escolas dos campos, florestas e rios de todas as Semeds do Marajó. O recurso necessário para a realização da atividade resultou de uma parceria com o MEC, por meio da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (Semesp/MEC).



Raio X de 2023

- **48 órgãos e instituições participantes**
- **7 reuniões no ano, sendo**
 - **5 virtuais**
 - **1 reunião presencial**
 - **1 evento (Fórum Agenda Comum pela Transformação do Marajó)**
 - **3 Notas Técnicas**



Desafios da educação no Marajó

88,7% pertence a famílias inscritas no CADÚnico.

53% das matrículas da educação básica estão em área rural - grande parte em comunidades ribeirinhas.

40% das turmas dos anos finais do ensino fundamental e 14% dos anos iniciais são multisseriadas

Mais da metade dos estudantes dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio estão com atraso escolar (**51,8%** e **53,1%**, respectivamente).



O Articule e o Todos Pela Educação fizeram um levantamento de dados exclusivo para apoiar as discussões no Fórum Uma agenda comum pela transformação do Marajó. **Confira o estudo completo:**

Fontes, em ordem: Seleção e Extração de Informações do CadÚnico do (Cecad/MDS), 2023; Censo Escolar (Inep/MEC), 2022; Indicadores Educacionais (Inep/MEC). Elaboração: Instituto Articule e Todos Pela Educação.

No que tange ao Fortalecimento de Conselhos de Controle Social e unidades executoras do Fundeb, os municípios receberam o Guia para Implementação do Conselho Municipal de Educação (CME), elaborado pelo União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme-PA), além de encontros técnicos para capacitação dos membros.

Além de pautas já definidas como prioritárias pelo Gaepe, o Pacto pela Transformação do Marajó também aborda outras temáticas desafiadoras da região, identificadas ao longo do primeiro ano do trabalho do Gaepe (2022), como a retomada de obras inacabadas, a formação docente focada no atendimento de salas multisseriadas, a diferenciação da população ribeirinha no Censo Escolar e equiparação dessa comunidade à negra, indígena e quilombola no tratamento diferenciado pelas políticas sociais, e o saneamento básico nas escolas.



Visita técnica promovida pelo Gaepe-Arquipélago do Marajó à escola do município Breves.

Principais encaminhamentos definidos pelo Pacto:

Retomada de obras inacabadas ou paralisadas: reabertura do prazo para adesão ao Pacto Nacional pela Retomada de Obras da Educação Básica, do Governo Federal, pelo FNDE; Apoio do FNDE e da Seduc-PA aos municípios e maior atenção aos territórios marajoaras dentro do programa.

Formação de professores que atuam em salas multisseriadas: Apoio do MEC às ações de formação para os docentes que lecionam para estudantes de diferentes faixas etárias na mesma turma.

Diferenciação da população ribeirinha: o MEC e o FNDE vão estudar a inclusão deste público como um tipo de localização diferenciada no Censo Escolar e a equiparação dessa comunidade à negra, indígena e quilombola no tratamento diferenciado pelas políticas sociais.

Melhoria do saneamento básico: o Gaepe-Arquipélago do Marajó mobilizará os gestores municipais para a implementação e manutenção dos investimentos realizados pela organização não governamental Habitat para a Humanidade Brasil com recursos do BNDES. Além disso, o Gaepe levantará outras fontes de recursos para investimento em saneamento básico e construirá parcerias para viabilizar avanços nesse serviço para as escolas.

Incremento da conectividade: o MEC continuará atuando junto à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para priorizar o Arquipélago do Marajó na destinação dos recursos para conectividade das escolas previstos no edital de implementação do 5G. O Gaepe-Arquipélago do Marajó criará um grupo de trabalho específico para tratar da conectividade das escolas da região.

Na mídia

'Fórum Gaepe', que discute agenda comum para o Marajó, inicia nesta segunda-feira em Breves

Evento ocorre nesta segunda (20) e terça (21) com presença do Governo do Estado e Federal. O objetivo é discutir melhorias para o arquipélago.

Por g1 Pará — Belém
20/11/2023 06h56 · Atualizado há 3 meses

PODER360

“opinião”

Luz sobre o Marajó

É urgente unir esforços para assegurar aos jovens marajoaras o acesso à educação e a oportunidade de concretizar seus sonhos, escreve Alessandra Gotti

Crianças em sala de aula. Articulista afirma que lacuna de um marco conceitual das comunidades ribeirinhas traz consequências concretas no repasse de valores da educação

Alessandra Gotti
19 nov 2023 (domingo) - 5h56

Uma região onde 9 em cada 10 pessoas pertencem a uma família inscrita na Bolsa Família e 5,8% das crianças e jovens de 5 a 17 anos estão em situação de trabalho infantil. Os indicadores expõem uma situação de vulnerabilidade alarmante no Arquipélago do Marajó, que impede a garantia de direitos na educação. Além de ser uma ponte para melhores condições de vida e cidadania, a educação assegura algo primordial: o direito de sonhar.

Um levantamento ([Integra](#) - PDF - 1MB) feito pelo [Instituto Articule](#) e o [Todos pela Educação](#), com base em dados públicos, [revela](#) o tamanho do desafio na região. Em todas as etapas do ensino marajoara, a taxa de distorção idade-série é significativamente mais alta do que no Brasil.

BUSCA ATIVA ESCOLAR

Gaepe-Arquipélago do Marajó promove diálogo com mais de 40 entidades para transformar ensino básico local

Por Instituto Articule

26.11.2023

OLIBERAL.COM Área Exclusiva do Assinante

Representantes do governo federal se reúnem em Breves para Fórum de Transformação no Marajó

O foco do Fórum é apresentar as ações em andamento nas instituições federais nas áreas de educação, assistência social, direitos humanos, telecomunicações e energia, visando beneficiar os municípios do Marajó

O Liberal
17.11.23 17h09

OLIBERAL.COM Acontece Panorâmica

Tribunais de Contas do Pará inovam e discutem melhorias para a Educação do Estado

OLIBERAL.COM Acontece Panorâmica

PA FÓRUM GAEPE
06:40 Evento discute melhorias para os municípios do Marajó



Articule

tce
mt

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES | 2023



GAEPEMT

GABINETE DE ARTICULAÇÃO PARA EFETIVIDADE DA
POLÍTICA DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO

Sobre o GAEPE-MT

O Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação de Mato Grosso (Gaepe-MT) foi instalado em outubro de 2022, em parceria com o Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT).

Conheça o site [do Gaepe-MT](#)

Membros

- Articule
- Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (ALMT)
- Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon)
- Associação Mato-Grossense dos Municípios (AMM)
- Colegiado Estadual de Gestores Municipais da Assistência Social (Coegemas-MT)
- Comitê Técnico da Educação - Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB)
- Conselho de Secretarias Municipais de Saúde (Cosems-MT)
- Conselho Estadual da Educação do Mato-Grosso (CEE-MT)
- Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso (DPMT)
- Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)
- Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT)
- Ministério Público de Contas do Estado de Mato Grosso (MPC-MT)
- Secretaria de Estado da Educação do Mato Grosso
- Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT)
- Tribunal de Justiça (TJ-MT)
- União das Câmaras Municipais do Estado de Mato Grosso (Ucmmat)
- União dos Conselhos Municipais de Educação - seccional Mato Grosso (Uncme-MT)
- União dos Dirigentes Municipais de Educação -seccional Mato Grosso (Undime-MT)
- Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)



Crianças no orçamento público sim!

Em Mato Grosso, o Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação (Gaepe-MT) já nasceu com uma missão muito clara: garantir mais acesso à creche para as crianças do estado, em especial as que mais precisam. Entre as ações da governança, se destacam as que refletem esse olhar especial: um pacto pela primeira infância, recomendações para organizar a demanda por creches, diagnóstico de 15 mil crianças na fila de espera para essa etapa e a garantia de mais recursos no orçamento estadual para suprir esse déficit.

De forma a alertar as casas legislativas estadual e municipais sobre a importância de prever recursos no orçamento para a ampliação de creches, o Gaepe-MT enviou a todas as Câmaras Municipais do estado e à Assembleia Legislativa (ALMT), uma nota técnica ([NT 002/2023](#)) sobre o tema. O documento teve como base um levantamento de informações, respondido por 100% das prefeituras do estado, que apontou déficit de quase 15 mil vagas em creches para crianças de 0 a 3 anos em 141 municípios mato-grossenses. Para suprir a demanda, seriam necessários recursos estimados em R\$444 milhões, considerando informações declaradas das prefeituras.

Com uma forte mobilização da governança, em agosto, foi aprovada pela ALMT a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) com uma emenda que prevê a dotação de recursos para a construção e estruturação de creches no estado.



“Viabilizamos este Pacto que é importante para o futuro do ser humano. Tenho certeza de que vamos fazer com que aconteçam as metas definidas para melhorar a educação na primeira infância em Mato Grosso”, *Antonio Joaquim, conselheiro do TCE-MT e presidente da Comissão Permanente de Educação e Cultura do órgão.*



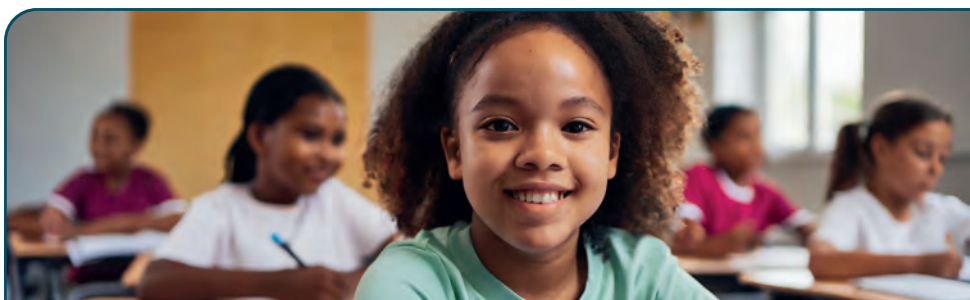
Lançamento do Pacto Interinstitucional pela Educação na Primeira Infância do Mato Grosso

Entretanto, o Projeto de Lei do Plano Plurianual para o quadriênio 2024-2027 (PL 1758/2023) apresentado aos deputados em dezembro não continha essa rubrica. Com a atuação do Gaepe-MT, a casa legislativa aprovou o orçamento público com emendas que asseguraram R\$425 milhões no Plano Plurianual (PPA 2024 - 2027) e cerca de R\$122 milhões na Lei Orçamentária de 2024 para a ampliação e construção de creches em todo o estado.

Colocar a primeira infância no orçamento do estado é fundamental para dar concretude ao [Pacto Interinstitucional pela Educação na Primeira Infância do Mato Grosso](#), firmado por meio de articulação do Gaepe-MT. Lançado em 17 de maio de 2023, o compromisso conta com a adesão das 18 instituições membros da governança no ato do seu lançamento, o Governo Estadual, além de 133 dos 141

municípios do estado. Seu objetivo é tornar prioritárias as políticas públicas para ampliar o acesso com qualidade à creche e à pré-escola e melhorar a alfabetização das crianças mato-grossenses.

O Pacto prevê que as instituições desenvolvam, em conjunto, pesquisas e estudos relacionados aos temas tratados no documento (como o que apontou o déficit de vagas em creches). Além disso, o documento também estimula que sejam disseminadas boas práticas, e desenvolvidas formações para profissionais do setor e mem-



Desafios da educação em Mato Grosso

Quase **15 mil crianças** aguardavam por uma vaga em creche, em 2023 ⁽¹⁾.

22% das crianças do 2º ano do ensino fundamental tinham aprendizado adequado em leitura, em 2021 ⁽²⁾.

42% das crianças de nível socioeconômico (NSE) mais baixo do 5º ano do ensino fundamental tinham aprendizado adequado contra 67% no NSE mais alto, em 2019 ⁽³⁾.

Em 2022, houve **286** casos de abandono nos anos iniciais do ensino fundamental (0,1%).

Fontes, em ordem: (1)Diagnóstico Gaepe-MT, 2023; (2) Saeb/Inep/MEC, 2021; (3)Saeb/Inep 2019 e (3)Taxas de Rendimento/Inep, 2022.

bros da sociedade civil envolvidos na elaboração, monitoramento e implementação das políticas públicas para a primeira infância.

Nesse sentido, o Gaepe-MT também propôs a realização de uma formação para apoiar os gestores municipais no planejamento do atendimento da Educação Infantil, além de mobilizar esforços para auxiliar esses dirigentes no processo de adesão ao Pacto Nacional pela Retomada de Obras da Educação Básica lançado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Para orientar sobre a importância de priorização do atendimento na creche das crianças de famílias mais vulneráveis, a primeira ação do Gaepe-MT foi a elaboração de uma nota técnica ([NT 001/2023](#)) com recomendações sobre a organização e transparência da fila de creche.



“Em Mato Grosso, as reuniões ordinárias são mensais, com pautas, hora para começar e terminar. Estamos sempre tratando de estratégias traçadas e/ou resultados apurados. Existe todo um esforço colegiado e colaborativo para a efetividade das deliberações”,
Cassyra Vuolo, secretária-executiva da Comissão Permanente de Educação e Cultura do TCE-MT.

Agenda prioritária pela primeira infância

Entre as medidas previstas no Pacto, o documento especifica ações articuladas e cooperadas para:

- Implementação de critérios objetivos e transparentes para organização da fila de espera para as creches.
- Ampliação e melhoria da infraestrutura das creches, com incentivo a oferta de vagas em tempo integral.
- Ações voltadas à garantia da alfabetização das crianças na idade certa.
- Criação de estratégias de monitoramento da evasão escolar no ensino fundamental.
- Ampliação dos recursos para atendimento de estudantes da educação especial, como salas de recursos multifuncionais, infraestrutura para acessibilidade e formação docente.
- Realização de formações para gestores municipais e equipes das secretarias de educação.
- Desenvolvimento de ações articuladas entre as entidades que atuam na rede de proteção da infância, incentivando o envolvimento da família e promovendo ações preventivas ao trabalho infantil, exploração e abuso sexual, entre outras formas de violência contra as crianças.



“É o que transforma a gente, é o que nos faz ter razão, é o que começa tudo, o que muda o mundo: a educação”, cantou o coral de crianças no lançamento do Pacto Interinstitucional pela Educação na Primeira Infância do Mato Grosso



Raio X de 2023

- **19 instituições participantes**
- **11 reuniões, sendo 1 presencial**
- **2 notas técnicas**
- **25 menções na imprensa**

Na mídia

VGN

POLÍTICA Sábado, 16 de dezembro de 2023, 08:40 - A | A

INVESTIMENTO NA EDUCAÇÃO
Presidente da AL/MT garante investimento de mais de 420 milhões em creches no Estado
 Edina Araújo/VGN



LEQUIRA / ALMT

Presidente da AL/MT garante investimento de mais de 420 milhões em creches no Estado
 O presidente da Assembleia Legislativa (ALMT), Eduardo Botelho, viabilizou a alocação de mais de R\$ 427 milhões do orçamento estadual para a construção e expansão de creches, atendendo à solicitação do

g1 MATO GROSSO

Quase 15 mil crianças esperam por vaga em creche em MT
 O levantamento mostra que 56% dos municípios no estado possuem fila de espera em creches. A pesquisa foi realizada entre os meses de março e maio deste ano.
 Por g1 MT
 15/06/2023 15h53 - Atualizado há 8 meses



Quase 15 mil crianças esperam por vaga em creches de MT — Foto: Assessoria

PODER360

“opinião”

O Legislativo na garantia do acesso à creche
 Plano Plurianual a ser aprovado por legisladores federais e estaduais deve priorizar investimento na primeira infância, escreve Alessandra Gotti



Sala de aula de uma creche com crianças sentadas em grupos

Alessandra Gotti
 30 ago.2023 (quarta-feira) - 5h:52

O orçamento da União, dos Estados e de Brasília está, agora, em tramitação nas respectivas casas legislativas. É a hora de debater diretrizes, objetivos e metas dos próximos 4 anos. É também tempo de determinar em todo o país as regras que devem balizar a LOA (Lei Orçamentária Anual) de 2024, último ano de vigência do PNE (Plano Nacional de Educação).

Como o cobertor é curto para lidar com tantos desafios para alavancar o desenvolvimento econômico e social em um país tão desigual, este é mais do que nunca o momento de priorizar.

g1 MATO GROSSO

'Não estão mais querendo ser professores', diz ministro da Educação sobre qualidade de ensino durante evento em Cuiabá
 Ministro manifestou preocupação com a formação inicial dos educadores como um dos fatores para o baixo desempenho dos estudantes, além de destacar desafios do Novo Ensino Médio.
 Por Camila Freitag, TV Centro América
 09/08/2023 17h22 - Atualizado há 7 meses



GD gazetadigital CUIABÁ 29° 23'

Publicidade:

Cuiabá, segunda-feira 11/03/2024

Cidades: DEIXE A GAZETA 16.06.2023 | 07h01
15 mil crianças estão fora das creches em Mato Grosso
 Elayne Mendes elaynemendes@gazetadigital.com.br

Cláudio Ferreira
 Mais da metade das cidades matogrossenses possui fila de espera em creches, o que representa cerca de 15 mil crianças à espera de uma vaga no ensino infantil. Paralelo a este déficit, construção de 20 creches estão paralisadas no estado e outras 74 em construção.



Articule



RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES | 2023



GAEPE-PI

Gabinete de Articulação para a Efetividade
da Política da Educação no Piauí

Sobre o GAEPE-PI

O Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação do Piauí (Gaepe-PI) foi instalado em março de 2023, em parceria com o Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI).

Membros

- Articule
- Assembleia Legislativa do Piauí (Alepi)
- Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon)
- Comitê Técnico de Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB)
- Conselho Estadual de Educação do Piauí (CEE-PI)
- Defensoria Pública do Estado do Piauí (DPE-PI)
- Secretaria de Estado da Educação do Piauí (Seduc-PI)
- Ministério Público de Contas do Estado do Piauí (MP-C-PI)
- Ministério Público Estadual do Piauí (MPPI)
- Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Piauí (SINTE-PI)
- Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI)
- Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJ-PI)
- União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – seccional Piauí (Uncme-PI)
- União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – seccional Piauí (Undime-PI)



Águas passadas não movem moinhos, mas a experiência de políticas públicas que deram certo são capazes de muito mais. Região marcada por muitas desigualdades e, ao mesmo tempo, berço de iniciativas inspiradoras na educação, o Nordeste recebeu, em 2023, o seu primeiro Gabinete de Articulação para a Efetividade de Política da Educação (Gaepe), no estado do Piauí.

Neste primeiro ano de atuação, a governança tratou de pautas como o cumprimento do calendário escolar, a ampliação da educação infantil, a retomada de obras paralisadas, entre outras.

Uma das primeiras iniciativas do Gaepe-PI, foi a criação de um grupo de trabalho para tratar especificamente da educação infantil. Um levantamento inédito realizado pela governança apontou que [14% dos municípios piauienses relataram ter fila de espera em creches](#). No estado, 1.614 crianças de 0 a 3 anos aguardam uma vaga.

O Gaepe-PI também concluiu que há a necessidade de mapear o cenário da judicialização na educação infantil no estado, preferencialmente, utilizando uma classificação específica do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), elaborada pelo Instituto Articule. Esse mapeamento deve ser iniciado em 2024. Ainda, foi realizada a análise de uma incongruência no diagnóstico da educação infantil por meio de informações obtidas pelo cruzamento entre dados do Censo Escolar 2022 e o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM).



O Gaepe tem sido fundamental para o acompanhamento da política pública da Educação no estado do Piauí. É uma parceria extremamente exitosa com o Tribunal de Contas do Estado e outras entidades, por ter como característica essa horizontalidade. Promove a participação de diversos atores da política pública da educação, com discussões e, depois, soluções que são construídas de forma conjunta. Nós celebramos com extrema alegria essa iniciativa.

*Jaylson Fabianh Lopes Campelo,
conselheiro do TCE-PI*



Desafios da educação no Piauí

1.614 crianças aguardam vaga em creche⁽¹⁾

- **576** delas têm de 0 a 1 ano e 6 meses de idade;
- **1.038** têm de 1 ano e 6 meses a 3 anos e 11 meses.

29,4% das crianças de 0 a 3 anos estão na creche⁽²⁾.

33,92% das crianças de 0 a 3 anos fora da escola precisam de creche⁽³⁾.

28,5% das escolas públicas piauienses têm matrículas em tempo integral⁽⁴⁾.

Fontes, em ordem: (1) Levantamento Gaepe-PI; (2) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), 2019; (3) Índice de Necessidade por Creches, 2019; (4) Censo Escolar (Inep/MEC), 2022.

Em relação à infraestrutura, a governança articulou para que o TCE-PI enviasse um comunicado aos municípios piauienses com obras inacabadas ([NT 01/2023](#)). Ao todo, havia 54 obras paralisadas sem manifestação de interesse para a repactuação junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no Pacto Nacional pela Retomada de Obras da Educação Básica, do Governo Federal.

O Gaepe-PI também tratou da importância do [cumprimento do calendário escolar](#). Por meio de uma [nota técnica \(NT 02/2023\)](#), recomendou aos gestores municipais



Autoridades e membros do Gaepe-PI no lançamento da governança.

e estaduais diretrizes específicas para que as escolas de educação básica respeitassem a carga horária diária e quantidade de dias letivos estabelecidos na legislação. Um dos pontos reforçados foi de que o tempo destinado à recuperação de aprendizagem, seja de aulas, provas, ou exame final, não poderia ser considerado no montante da carga horária mínima, já que trata-se de uma atividade que não engloba todos os alunos.

Ainda neste primeiro ano de atuação, foi realizada uma mobilização para aumentar a representatividade dentro do Gaepe-PI com a entrada de membros da regional da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime-PI) e da Secretaria de Estado da Educação (Seduc-PI), além de membros da Assembleia Legislativa (Alepi).

Por fim, a governança deliberou pela criação de um grupo de trabalho para aprofundar a discussão e propor recomendações para a ampliação da educação em tempo integral nas escolas de todo o estado.

Confira o lançamento do Gaepe-PI



Temas prioritários definidos em 2023

- Alerta pelo cumprimento da carga horária e dias letivos.
- Levantamento do déficit de vagas na educação infantil.
- Articulação com os municípios referente a adesão ao Pacto Nacional pela Retomada de Obras da Educação Básica, do Governo Federal.
- Diálogos sobre a realização de mapeamento da judicialização da educação infantil.
- Criação de um grupo de trabalho para propor recomendações no tema da educação integral.


**Raio X
de 2023**

- **15 instituições participantes**
- **7 reuniões virtuais**
- **2 notas técnicas**
- **1 evento presencial**

